

ANAIS DE RESUMOS
(Revista FORPROLL - ISSN 2526-7507)



GOIÂNIA
MAIO/2019

Realização



Uni-ANHANGUERA
Centro Universitário de Goiás



LABORATÓRIO
Práticas
Pedagógicas
Uni-Anhanguera

Apoio



Formação
de Professores
de Línguas e Literatura

ANAIS DE RESUMOS
(Revista FORPROLL - ISSN 2526-7507)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Renato de Oliveira Dering
Profa. Patrícia da Silva Fernandes Adorno

COMITÊ CIENTÍFICO

Comitê Científico do Evento

Profa. Márcia Inês Silva (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Patrícia da Silva Fernandes Adorno
(Uni-ANHANGUERA)
Prof. Renato de Oliveira Dering (Uni-
ANHANGUERA)

Comitê Científico dos Eixos Temáticos

Profa. Cassira Lourdes de Alcantara Dias
Ramos Jubé (Uni-ANHANGUERA)
Profa. Lorena Bernardes Barcelos (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Márcia Inês Silva (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Patrícia da Silva Fernandes Adorno
(Uni-ANHANGUERA)
Profa. Pauliany Carla Martins (UFG)

Prof. Renato de Oliveira Dering (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Rosangela do Nascimento Costa
(UEG)

Comitê Científico dos Pôsteres

Profa. Cassira Lourdes de Alcantara Dias
Ramos Jubé (Uni-ANHANGUERA)
Profa. Lorena Bernardes Barcelos (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Márcia Inês Silva (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Patrícia da Silva Fernandes Adorno
(Uni-ANHANGUERA)
Profa. Pauliany Carla Martins (UFG)
Prof. Renato de Oliveira Dering (Uni-
ANHANGUERA)
Profa. Rosangela do Nascimento Costa
(UEG)

ORGANIZAÇÃO

Laboratório de Práticas Pedagógicas (LPP) do curso de Pedagogia do Centro Universitário de
Goiás – Uni-ANHANGUERA

APOIO

Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA
FORPROLL/CNPq/UFVJM

DIREITOS AUTORAIS

Ao submeterem os textos, os autores cederam os direitos autorais aos anais do Evento III CEDDH que, por sua vez, foram publicados na Revista Forproll. No entanto, a cessão não implica perda de autoria, como também não indica o pagamento pelo texto enviado. Os trabalhos publicados, quando utilizados posteriormente, devem ser referenciados. Os autores dos textos garantiram, ao enviar o texto, que a contribuição é original (e/ou apenas frutos de TCC e/ou trabalhos em andamento), bem como que são de sua autoria, por assim ser, assumiram que o manuscrito não infringe direitos autorais de terceiros. A revisão linguística e de conteúdo é de inteira e total responsabilidade dos autores.



UMA SONATA SOBRE FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS

Juliane Aparecida Ribeiro Diniz¹

Lorena Bernardes Barcelos²

O presente artigo tem como objeto de estudo a formação e a profissionalização docente no Brasil, com ênfase na perspectiva atual das políticas públicas neoliberais. Tem como objetivo geral traçar um panorama acerca da formação de professores, apontando sua relação com a profissionalização docente. A pesquisa bibliográfica foi o caminho metodológico adotado. Entende-se, então, que se faz necessário questionar e refletir em profundidade sobre tais temáticas a fim de se construir arcabouços teóricos e de se compreender as preleções e as práticas docentes, bem como mobilizar os profissionais da educação e dos diversos segmentos sociais para atuarem como sujeitos ativos de resistência e produzirem um discurso contra hegemônico.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Profissionalização docente. Políticas neoliberais.

¹ Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2006). Especialista em Docência na Educação a Distância na Faculdade Alfredo Nasser (2017). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Tecnologias e Educação a Distância (GEaD/UFG/DGP-CNPq). Professora da Faculdade Alfredo Nasser. E-mail: julianeard@gmail.com.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2006). Participante do Grupo de Pesquisa em Tecnologias e Educação a Distância (GEaD / UFG / DGP-CNPq). Professora no UniAnhanguera – Centro Universitário de Goiás e na UNESA – Universidade Estácio de Sá. E-mail: lorena.ensino@gmail.com.

PERSPECTIVAS DA CULTURA VISUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DO PROJETO *HUMANAE* PARA A DISCUSSÃO DE RAÇA

Vanessa Silva Andrade³

A presente pesquisa propõe refletir sobre a relação da Educação Visual com a Cultura e Educação, assim pensar a imagem estereotipada que foi construída do negro ao longo da História no Brasil. Logo, torna-se uma ferramenta importante para a crítica desses modelos pré-concebidos. O objetivo desse trabalho, portanto, é discutir, por meio do projeto fotográfico *Humanae*, de Angélica Dass, como a padronização visual, imposta pela normatização de cores, tem impacto na formação social e de identidade dos sujeitos em processo de aprendizagem do Ensino de Artes Visuais na Educação Básica. A pesquisa, em andamento, visa investigar, analisando os meios de imposição/normatização das cores, a influência da cultura-mundo na padronização da identidade do sujeito, uma vez sabendo que a Cultura Visual é encarregada por englobar uma gama de possibilidades de representações que perpassam o mundo. Ao compreender como a imagem do negro foi diluída socialmente, estamos mantendo uma relação com a ação simbólica que promoveu/promove essa conceituação, criando, assim, a instalação da cultura de inferioridade, no caso. A educação visual, nessa consoante, auxilia na desconstrução desse processo, pautado em racismo, discriminação e ridicularização do negro/negra que já está enraizado no país desde o período Colonial. Por assim ser, esse estudo se fundamenta na perspectiva de problematizar e discutir questões ainda tão urgentes de atenção, como é o caso da representação de negros na sociedade. Trata-se de um modo de compreender o racismo e suas formas de combate, visto que, como supracitado, o racismo, sem dúvidas, é um sistema colonial de opressão que nega direitos e, ao mesmo tempo, promove a ridicularização do outro. Desse modo, a pesquisa propõe um debruçar sobre o próprio pensar a/na humanidade em uma perspectiva que não apenas fuja às ideias coloniais, mas também problematizar questões cristalizadas. A Educação Visual, por assim ser, é esse modo que pensa no processo e possibilita a mudança de perspectiva de visão sobre o que a cultura, erroneamente, enraizou ao longo dos anos.

Palavras-chave: Fotografia. Racismo. Artes Visuais. Imagem. Identidade.

³ Vinculada na Universidade Federal de Goiás no curso de Artes Visuais - FAV, atualmente trabalho no Colégio Lassale como professora de História e Artes Visuais. Graduada em História - UFG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7513749206581194>

A EDUCAÇÃO COMO FONTE DE RESSOCIALIZAÇÃO: A ALTERNATIVA PEDAGÓGICA FRENTE A MARGINALIZAÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS

Gabriel Pereira de Carvalho⁴

O art. 18-A da Lei de Execução traz em seu bojo a educação como um dos pilares da prisão, prevendo inclusive o ensino profissionalizante. Contudo, de acordo com o relatório de 2016 do Departamento Penitenciário Nacional, apenas 12% de toda população carcerária brasileira tem acesso à educação. Ademais, cumpra ressaltar que hodiernamente não há previsão legislativa para a expansão de tão índice educacional. Tal índice demonstra suas consequências no momento em que o apenado se torna egresso do sistema carcerário brasileiro, pois o indivíduo insere-se numa sociedade extremamente competitiva, sem sequer ter muita das vezes o ensino básico. Tal fator aliado a marginalização gerada pela ideologia punitiva que se estruturou como uma resposta contra a violência urbana, faz com que ex-presidiários não possuam outro meio que não seja o retorno ao cárcere. Afinal, em tal perspectiva, é notória a relevância da “razão punitiva”, como propõe do doutrinador Nilo Batista, que coordena toda a logística da defesa social e políticas de enfrentamento na esfera pública brasileira, deixando de lado várias concepções de políticas públicas preventivas, sendo uma das principais a ressocialização de ex-apanados. Entrementes, utilizando-se dos dados do Departamento Penitenciário Nacional, bem como a complementação com estudos doutrinários e práticos, propostos por Eugênio Raul Zaffaroni, Rodrigo Roig, Luís Carlos Valois, bem como Paulo Reglus Neves Freire, demonstrando que, caso não haja uma educação em cárcere, a educação pós-cárcere é uma alternativa eficaz para a ressocialização. Nesse contexto, temos a noção de que se encaixar no mercado de trabalho exige uma demanda educacional, e um dos maiores problemas é justamente como educar a ex-reeducandos de um sistema carcerário, unicamente retributivo, sendo dantescamente necessárias pesquisas referentes a sua aplicação. Com base em tais problemáticas, tem-se a ideia de que o método Paulo Freire, proposto na obra “Pedagogia do Oprimido” corresponde a uma das melhores alternativas, pois adaptar-se-ia a noção de realidade individual vivida por cada uma dessas pessoas, levando a uma maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, em menor tempo. Logo, a educação básica e profissional, moldada a realidade de ex-presidiários, corresponde a uma alternativa latente a possibilidade de reinserção social, bem como a diminuição dos índices de reincidência alarmante que afligem o país. Assim, com base em dados estatísticos emitidos pelo DPN, bem como estudos doutrinários tem-se a noção de urgência na aplicação de uma educação básica e profissionalizante para o enfrentamento à marginalização sofrida por egressos do sistema penitenciário, demonstrando assim sua aptidão de contribuição e inserção social.

Palavras-chave: Reinserção social. Pedagogia. Punitivismo. Alfabetização. Mercado de Trabalho.

⁴ Graduando em Direito pela Universidade Federal de Goiás, pela qual é pesquisador. Membro efetivo da LEAP e Rede Latino Americana para o Neoconstitucionalismo. Ex-pesquisador do observatório de Direitos Humanos da UFG. Membro da ABCC. Lattes.: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8337058J6>, gabrielpereirac@hotmail.com

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DO LETRAMENTO PARA A INCLUSÃO DO SURDO

Suzana Dias de Souza Oliveira⁵
Renato de Oliveira Dering⁶

O presente artigo parte de uma discussão conhecida que nos remete a pensar sobre o que de fato significa inclusão social, como principal eixo norteador à educação especial, dentro do contexto escolar. Seu foco recai na reflexão do como ocorre a inserção do surdo em ambientes escolares até o momento de formação desses sujeitos, na perspectiva do letramento e perpassando as discussões sobre inclusão social. A pesquisa, de cunho qualitativo, trará como abordagem uma revisão bibliográfica nas discussões sobre letramento, pautadas por Soares (2017) e Kleiman (1995); sobre inclusão, aquisição de linguagem e ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) com Gesser (2009; 2012) e Botelho (2016). Abarcando a discussão, foi realizada uma entrevista com dois surdos e um intérprete, no pressuposto de compreender as reflexões levantadas e promover possibilidades reflexivas sobre a temática.

Palavras-chave: Surdez. Inclusão Social. Libras. Práticas de Letramento.

⁵ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. E-mail: suzanadso.proffuncionario@gmail.com.

⁶ Professor Assistente no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7891833942208165> E-mail: renatordering@gmail.com.

AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLINGUÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Lucas Barbosa dos Santos⁷
Renato de Oliveira Dering⁸

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o Ensino de Língua Portuguesa (ELP) nas escolas brasileiras, tendo em vista os princípios da Sociolinguística, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que norteia e orienta a educação básica no Brasil. A sociolinguística, como uma corrente teórica que trabalha a relação da linguagem e sociedade, possibilita aos alunos uma maior participação crítica e com real significado do que a atual vertente pedagógica nas escolas, baseada no ensino de gramática. Compreendendo este viés e os apontamentos da BNCC, espera-se que os alunos adquiram, no decorrer de sua vida escolar, habilidades e competências que viabilizem a potencialização do aprendizado, afastando-se da memorização de regras ou nomenclaturas, e proporcionando um conhecimento amplo, com valor para o alunado, visto que a língua em si é um construto social e não regras obsoletas para uso em contextos unificados. Assim, tem-se como ponto de partida uma perspectiva da diversidade linguística não como problema ou corrupção da língua, mas através da autonomia linguística que compete a cada sujeito e aos contextos de uso. Portanto, o presente trabalho, através de uma revisão bibliográfica, retoma os estudos de Alkmim e Camacho (2012), Calvet (2002), Cezario e Votre (2015) e Freire (1996), pretendendo aplicar na educação básica, possibilidades que os preceitos da sociolinguística traz. Para tanto, ainda traz uma análise da BNCC e um estudo de caso que vislumbra um repensar teórico acerca das práticas pedagógicas no ELP.

Palavras-chave: Contextualização Linguística. Relação Dialógica no Ensino-Aprendizagem. Variedades Sociolinguísticas.

⁷ Graduado em Pedagogia no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6414678460966634> E-mail: lucasbarbosa1994@hotmail.com.

⁸ Professor Assistente no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7891833942208165> E-mail: renatodering@gmail.com.

LETRAMENTO INFORMACIONAL E PENSAMENTO REFLEXIVO NA EDUCAÇÃO: MAPEAMENTO EPISTÊMICO

Lígia Bruna Gonçalves Vargas⁹
Kelly Cristina da Silva Ruas¹⁰

O objetivo desta pesquisa é investigar a existência de estudos ou trabalhos realizados em escolas de educação básica, no Brasil, associando pensamento reflexivo e letramento informacional ao processo de ensino-aprendizagem, de modo a traçar um panorama a respeito dos avanços da temática na educação, sobretudo em seu nível básico. Para isso recorre-se à análise de artigos com o referido assunto, com posterior verificação da aplicabilidade do pensamento reflexivo no desenvolvimento do letramento informacional em escolas de nível básico. Para esse fim, esta pesquisa pauta-se no conceito de letramento informacional usado por Kelley Cristina Gonçalves Dias Gasque bem como nas contribuições de John Dewey acerca do pensamento reflexivo, além de outros importantes teóricos que também tratam do assunto. O embasamento deste artigo será realizado em duas partes. Inicialmente serão apresentados os principais conceitos do letramento informacional, divergências acerca de sua nomenclatura, como também sua contribuição para a educação básica. Em seguida, recorrer-se-á à análise da importância do pensamento reflexivo como elemento que subsidie o aprendizado do letramento informacional, capacitando o aluno a buscar e usar a informação de modo eficiente e ético, com vista à construção do conhecimento. A metodologia utilizada é o estado da arte ou estado do conhecimento. Este tipo de metodologia de pesquisa tem como objetivo estruturar ou mapear determinada discussão acadêmica, isto é, possui característica inventariante e descritiva. Em concordância com essa definição, o presente trabalho tomou por base outras pesquisas nas quais foram abordadas o uso do pensamento reflexivo e letramento informacional com objetivo de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem da educação básica. Com este propósito foram consultados os bancos de dados da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior via acesso remoto (CAFe Capes I 1) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Conclui-se que apesar de o pensamento reflexivo, bem como o letramento informacional contribuir positivamente para o processo de ensino-aprendizagem – pois permitem ao educando maior rigor crítico em relação ao objeto estudado – há poucos estudos e pesquisas sobre essa temática associados a instituições de ensino de nível básico.

Palavras-chave: Letramento informacional. Pensamento reflexivo. Ensino-aprendizagem. Estado da arte.

⁹ Especialista em Letramento Informacional: Educação para a Informação pela Faculdade de Informação e Comunicação - UFG (2018); graduada em Letras- Português pela Universidade Federal de Goiás (2011). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8411954E0> E-mail: ligiabvargas@gmail.com

² Professora em regime de dedicação exclusiva na Universidade Federal de Goiás, Unidade acadêmica: Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2016); especialista em Educação a Distância pela Faculdade de Tecnologia do SENAC (2008); graduada em Licenciatura em Informática pela Universidade Estadual de Goiás (2006). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4162892A6>. E-mail: kelly.ruas84@gmail.com

¹¹ A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) oferece acesso remoto ao Portal de Periódicos para os usuários vinculados às instituições associadas à rede da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe).

DIÁLOGO E REFLEXÕES ACERCA DE UM ENSINO BILÍNGUE CAPACITADOR E CATALIZADOR DE POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

Leandro Alves ¹²

A pesquisa, que está em andamento, tem como objetivo refletir e discutir sobre a interação social e os processos dialógicos que podem auxiliar no processo de aquisição de uma segunda língua, em um contexto de educação bilíngue, de modo a criar possibilidades que empoderem os alunos nos âmbitos educacional, social e afetivo. Considerando o grande aumento do número de escolas bilíngues em Goiânia e da transposição de escolas regulares que se intitulam bilíngues, é essencial compreender por meio de leis, pesquisas recentes, propostas e práticas docentes quais são as especificidades de uma educação bilíngue. Assim, lançaremos mão de alguns referenciais teóricos sobre a aquisição da língua materna e da segunda língua, como Peter A. Hornby (1977) e Noam Chomsky (1965), enfatizando a perspectiva histórico-cultural e questões referentes aos processos dialógicos frequentes no processo de interação da criança com seu professor mediador. Dessa forma poderemos discutir a respeito do bilinguismo e da educação bilíngue, aqui considerados como aqueles em que pelo menos duas línguas são aplicadas para orientar e formar alunos: a segunda língua é utilizada para a instrução e ensino de conteúdos diversos e não somente uma disciplina específica. Nesta apresentação, as reflexões e discussões serão construídas por meio de observações concebidas em uma sala de aula de uma escola bilíngue, com estudantes entre 4 e 6 anos de idade. Compreende-se pela análise destas que o processo de ensino bilíngue se tornar mais natural e fluídico quando o ambiente oportuniza a imersão na língua-alvo por meio de trocas comunicativas mediadas pelo interlocutor para construir uma participação significativa da criança nesse processo. Como também pode oportunizar o desenvolvimento de habilidades individuais, como autoconfiança e, de acordo com pesquisas realizadas nas últimas décadas, um desenvolvimento cognitivo com maior amplitude nas expectativas esperadas no ambiente escolar.

Palavras-chave: educação bilíngue, aquisição da língua, processos dialógicos, desenvolvimento cognitivo e ambiente escolar.

¹² Mestre pela Faculdade de Letras (UFG). <http://lattes.cnpq.br/3100699955630822>. androsilva@outlook.com.

O TOM DO BEM: O USO DAS ARTES E DAS TICS NA PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ NA ESCOLA MARIA NOSÍDIA

Marinês Juliana Carvalho Martins¹³
Elis Regina da Silva¹⁴

Este projeto tem como finalidade resgatar a cultura da paz na escola, dando continuidade a um projeto implementado em 2018, por meio da inclusão social e digital de toda comunidade educacional da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Maria Nosídia Palmeiras das Neves, tendo em vista as possibilidades vislumbradas pelo “Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica no Canadá”, promovido pela CAPES, o qual objetiva a gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. Encontramos nessa proposta a oportunidade de ampliar as ações educativas desenvolvidas na escola, mediadas pelo uso das tecnologias em prol da pacificação da convivência no ambiente escolar. O eixo norteador deste projeto partiu do seguinte questionamento: Como articular as linguagens artísticas e culturais às tecnologias na formação da identidade dos sujeitos culturais ativos e protagonistas para o fomento de uma cultura de paz no ambiente escolar? A continuidade deste projeto justifica-se devido à necessidade de se cultivar a resiliência, a bondade, a compreensão, o olhar sobre o outro, a riqueza de caráter, o resgate aos valores morais dentre outras necessidades humanas; para o favorecer um bom convívio escolar - conhecimentos estes que os alunos levarão para toda a vida. Ancorados nas concepções de Lopes e Macedo (2002), compreendemos que o currículo é uma construção cultural que se faz na interface das relações políticas mais amplas [...] com compromisso com uma prática transformadora, comprometida com a justiça social, a luta contra as desigualdades, opressões e marginalizações. (LOPES; MACEDO., p. 17-18, 2002). Assim sendo e levando em consideração a importância das TICs para a efetivação de um ensino e aprendizagem de qualidade que estimule a convivência solidária e pacífica no contexto escolar, continuamos com o anseio de colaborar com a formação integral dos sujeitos. Por este viés, as TICs na escola favorecem o acesso do aluno ao mundo digital, ampliando seus horizontes e permitindo-lhe outros e diversos tipos de leitura que a tela proporciona. Além disso, elas enriquecem o trabalho pedagógico da sala de aula e ampliam as possibilidades de aquisição de novos conhecimentos por meio da pesquisa, da inclusão digital e da integração das vivências das diversas áreas dos saberes. Nessa perspectiva, entendemos que a escola é o lócus privilegiado de transformação do indivíduo e de valorização de suas potencialidades. Sendo assim, cabe a essa instituição colocar o aluno no centro desse processo, mostrando-lhe que atitudes de paz podem ser construídas com base na cidadania e no respeito às diferenças.

Palavras-chave: Paz. Tecnologia. Sujeito cultural. Artes. Identidade.

¹³ Mestra em Educação, Linguagem e Tecnologias (2015), Especialista em Docência em Língua Portuguesa e Literatura (2007), Graduada em Letras Português-Inglês (2005), (Todos pela UEG) Professora da EMTI Professora Maria Nosídia Palmeiras das Neves. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4001742712367589>. E-mail: marinesjuliana@smegoiania.com

¹⁴ Mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2011), Graduada em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2004), Coordenadora de Intermediário da EMTI Professora Maria Nosídia Palmeiras das Neves. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8109623751000608> E-mail: elisregina@smegoiania.com

IMPACTOS LEGAIS DA BNCC NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: REFLEXÕES BASILARES SOBRE A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DO JOVEM BRASILEIRO

Gustavo Henrique Gandra¹⁵
Renato de Oliveira Dering¹⁶

Dentro dos direitos sociais, previstos na Constituição Federal, podemos encontrar disposições sobre o direito à saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, e principalmente, sobre a Educação (BRASIL, 1988). Por estar pautada no caráter da progressividade e da evolução social, a educação é basilar para a sociedade moderna. Observado isso, bem como os aspectos da evolução de uma sociedade, a responsabilidade de que essa norma seja efetiva e prática, recai não apenas na letra da Carta Constitucional, mas também no Estado e na família, por serem, ambos, responsáveis pela educação das futuras gerações. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) figura, nesse contexto, como uma normativa que regulamenta a educação básica no Brasil. Assim, essa reflexão propõe discutir sobre o quanto a sociedade ainda necessita de reflexões mais fecundas sobre o que se entende por educação. O presente trabalho de pesquisa tem como foco alargar a discussão dos impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação básica, apoiando-se, principalmente, nas legislações anteriores e suas implicações legais nos currículos educacionais. Como as leis que fundamentam a BNCC dialogam com as necessidades socioculturais da escola? A Constituição Federal de 1988 garante, em seu texto, a educação como um direito social, que dialoga diretamente com o direito fundamental da dignidade humana. A BNCC, documento norteador da educação e de força normativa, assim como as demais normas infraconstitucionais, precisa estar de acordo com os direitos, garantias e objetivos da Carta Constitucional. Sendo assim, todo o plano pensado para uma nação precisa de fiscalização, para sabermos até onde vai sua constitucionalidade. Ademais a isso, é preciso compreender que há uma pluralidade de contextos que precisam ser observados e discutidos frente às imposições legislativas, buscando garantir com equidade o direito à educação. Contamos com um caráter exploratório bibliográfico valendo da pesquisa e citação de artigos e livros de diversos autores para referenciar e elucidar as ideias discutidas que serviram de método para nortear o trabalho. Assim, este trabalho de pesquisa alcança o diálogo entre a norma legal e o plano educacional do país para que agregue a discussão científica sobre a importância dos currículos, a análise de contexto social, econômico, político e geográfico visando a melhor adaptação dos currículos. Nota-se, dessa forma, que diante tantos detalhes agravantes que semeiam a nossa atual educação, faz-se necessário outras análises críticas e criteriosas da BNCC, uma vez que a educação é basilar para a sociedade e os resultados do processo educacional adotado demoram vários anos (de intenso trabalho e dedicação em cima de princípios nela contidos) para surgirem. É necessário, assim, um maior debruçar sobre a proposição legal e educativa da BNCC para que haja um incessante diálogo que promova, de fato, a formação dos sujeitos e a concretização de uma escola que atenda às realidades da/do educanda/educanda.

Palavras-chave: Educação básica. BNCC. Constituição Federal. Contexto. Sociedade.

¹⁵ Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (Uni-ANHANGUERA).

¹⁶ Professor Assistente no Centro Universitário de Goiás (Uni-ANHANGUERA). Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Líder pesquisador do grupo FORPROLL/CNPq/UFVJM. E-mail: renatodering@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7891833942208165>

AS BENESSES DE UMA POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

Gustavo de Assis Souza¹⁷
Guilherme Martins Teixeira Borges¹⁸

O propósito do presente trabalho é analisar sob o viés crítico quanto aos possíveis impactos da implementação da Justiça Restaurativa no âmbito escolar, do município de Goiânia, através de estudos normativos e pedagógicos pautados pelos direitos humanos fundamentais com ênfase na análise pormenorizada do Projeto de Lei Municipal nº 2017/000457 que “Estabelece a Obrigatoriedade da Inclusão de Práticas Restaurativas no Ensino Público e Privado do Município de Goiânia”. Nesse sentido, se faz mister salientar que a Justiça Restaurativa surge como contraponto ao velho sistema retributivo de punição aos alunos infratores, tendo em vista que este apenas contribui para o agravamento de uma determinada conduta danosa praticada pela criança e/ou adolescente infrator que, reiteradamente, atinge toda a coletividade direta ou indiretamente. Por sua vez, a Justiça Restaurativa preconiza pela valorização de uma série de princípios, tais como a construção de uma cultura de paz, inclusão e solidariedade, a fim de romper círculos de violência e *bullying* que se fazem tão presentes, hodiernamente, nas escolas públicas e privadas do Brasil. Para tanto, o processo deve se dar em conjunto com todas as partes envolvidas em determinado conflito (vítima, ofensor, professores, alunos, pais, comunidade e apoiadores), a fim de buscarem a construção de uma solução coletiva para tal problemática que empodere as partes e diminua os casos de violência e desrespeito. Tal iniciativa é fomentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através do Protocolo de Cooperação para a Difusão da Justiça Restaurativa de 2014 que surge em consonância com a Resolução nº 125 do referido órgão que estimula a solução de conflitos pelas vias extrajudiciais. Destarte, através de uma análise comparativa com o município de Porto Alegre que implementou o Projeto Justiça para o Século XXI, buscar-se-á apontar os benefícios da aplicação da justiça restaurativa na esfera escolar caso seja implementado no Município de Goiânia. Quanto ao método de abordagem, optou-se pelo dialético pautado numa investigação dinâmica da realidade ao compreender o objeto deste estudo em sua relação com aspectos políticos, jurídicos e pedagógicos. Os métodos de procedimento utilizados foram o histórico, monográfico e comparativo. Já quanto aos tipos de pesquisa optou-se por bibliográficos e documentais.

Palavras-chave: Direitos humanos. Projeto de lei. Solução extrajudicial de conflitos. Ferramentas pedagógicas. Práticas restaurativas.

¹⁷Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA. Diretor de Pesquisa da Liga Acadêmica de Ciências Jurídicas e Sociais-LACIJUS. Estagiário na Defensoria Pública da União de Goiás, atuando na área criminal. Ex-pesquisador do Núcleo de Apoio à Pesquisa Científica em Direito-NAPCD do Centro Universitário de Goiás Uni-ANHANGUERA, atuando na linha de pesquisa Direitos Fundamentais, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Membro da LEAP, Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano e International Center for Criminal Studies – ICCS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4211554629017342>. E-mail: gu.a.s@hotmail.com.

¹⁸ Graduado em Direito e Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Professor de Direito na Uni -ANHANGUERA (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS), UNIALFA - Centro Universitário Alves Faria. Pesquisador na área de Direito Privado, Criminologia, Políticas Públicas, Educação e Movimentos Sociais do Campo. Membro do GRUPO DE PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0089324425620498>. E-mail: g.martins.borges@hotmail.com.

O ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DOCENTE

Pauliany Carla Martins¹⁹

Os cursos de licenciatura têm sido alvo de duras críticas e de sistemáticos ataques ao longo dos anos. Por um lado, há a desmoralização das licenciaturas tendo como base o argumento de que o estágio, elemento obrigatório e característico desses cursos, não contribui verdadeiramente para a formação de professores, uma vez que o trabalho, que deveria ser de caráter mais prático, acaba sendo excessivamente crítico-teórico. Por outro lado, a formação de professores no Brasil – bem como a educação de um modo geral – sofre com a falta de projetos de ensino e de políticas públicas educacionais que incentivem e estreitem os laços entre a universidade, a comunidade e as escolas. Nesse contexto de inúmeras falhas, a disciplina de estágio sobrevive e passa a ser vista pelo corpo discente das universidades como mero componente curricular obrigatório e não como uma oportunidade de formação e de aprendizado. Diante desse envolvimento, esta comunicação pretende discutir de que modo o estágio curricular, realizado no curso de Letras da Universidade Federal de Goiás, contribui para a formação das/dos licenciadas/licenciados, em especial no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Básica. A comunicação pretende ainda discutir propostas de aprimoramento das aulas deste componente, principalmente no que diz respeito às atividades práticas em sala de aula. Para embasar a discussão, recorreremos à BNCC (2018) e aos textos de Antunes (2003) e Freire (2004).

Palavras-chave: estágio; formação docente; ensino-aprendizagem.

¹⁹ Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás. Mestra em Literatura pelo Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da UFG. Endereço LATTES <http://lattes.cnpq.br/3342133468538687>
E-mail martinspauliany@gmail.com

APORTES CRÍTICOS PARA UM LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Priscilla Lopes Beda Rodrigues²⁰
Renato de Oliveira Dering²¹

Sabe-se que a leitura e a literatura são componentes curriculares de extrema importância na constituição dos sujeitos, auxiliando na criticidade e ampliação da bagagem cultural. O presente artigo, de cunho qualitativo, busca promover uma crítica acerca do ensino de Literatura, tomando como base os aportes do Letramento. Professores em sua formação não recebem o devido preparo para motivar seus alunos a lerem, o que nos traz os dados de analfabetos funcionais, que cresce cada vez mais em nosso país. Assim, será realizada uma análise no modelo de ensino de literatura na educação básica e os apontamentos da BNCC (BRASIL, 2017) sobre leitura. Tem-se, ainda, como objetivo, uma discussão sobre a formação de leitores literários, pensando que estes são formados, mas não são preparados para a formação de um sujeito crítico, formador de opiniões e que mostrem representatividade, que se tornem donos de suas próprias opiniões. Pretende-se, assim, refletir sobre as funções da literatura, a transformação do sujeito e sua formação enquanto um possível leitor literário. Para tanto, fazem parte dos pressupostos teóricos os estudos de literatura e literatura infantil de Proença Filho (2012), Abramovich (1983) e FRANTZ (2011); bem como os estudos de Letramento Literário de Cosson (2006). Ao fim, será realizada uma proposta de letramento com obras de dois autores goianos: Christie Queiroz, onde é contada a história de vida de uma autora goiana, através de uma experiência de dois famosos personagens regionalmente conhecido através de jornais, almanaques e livros. E Cora Coralina, uma poetisa e contista conhecida nacionalmente e admirada até por outros autores famosos no Brasil. O intuito em levantar a questão do letramento literário, está em despertar nos professores a consciência da importância em se trabalhar com a literatura, pois a partir também da literatura pode-se falar em várias questões como, o racismo, igualdade de gênero, às diferenças, entre outras.

Palavras-chave: Ensino de Literatura. Formação de Leitores. Práticas de Letramento.

²⁰ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário de Goiás – Uni-Anhanguera e Pós-graduanda em Estudos Literários e Ensino de Literatura pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Currículo Lattes:<http://lattes.cnpq.br/310250606225145> E-mail: priscilla.lb@hotmail.com

²¹ Professor Assistente no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7891833942208165> E-mail: renatodering@gmail.com

EDUCAÇÃO NO CAMPO: A ECOLOGIA DOS SABERES E PAULO FREIRE COMO HORIZONTES DE ANÁLISE

Francisca Alcantara da Silva²²
Ludmila Stival Cardoso²³

O objetivo deste artigo é ensejar uma discussão acerca da educação do campo, mostrando sua condição atual, a maneira como a mesma torna-se uma preocupação da política educacional, seus principais problemas e desafios, além de levantar possibilidades de currículo diante das do panorama visto. Nesse sentido, percebe-se que a educação no campo foi, ao longo da história, deixada em segundo plano pelos representantes governamentais, mesmo existindo leis específicas que assegurassem aos alunos da zona rural uma educação de qualidade e transformadora de sua realidade. Diante disso, optou-se por lançar um olhar sobre essa problemática que partisse de Paulo Freire, considerando-se as mudanças de conceito de educação rural para “do campo”. Uma mudança vista como relacionada ao tipo de ensino oferecido e ao objetivo do processo educativo. Para tanto há uma retomada, ainda que breve, da perspectiva freiriana e uma viagem panorâmica à legislação nacional, questões que impactam a vida educacional do aluno do campo que merecem ser debatidas, bem como sugestões de currículo mais conectadas à proposta libertadora e democrática de Freire. E nesse aspecto nos detemos em Boaventura de Souza Santos e seu conceito “ecologia dos saberes”, que percebe a existência de saberes outros que não apenas os científicos que podem ser inseridos na educação, conferindo a esta uma contextualidade com o aluno necessário a sua aprendizagem, como já nos revelava Freire e sua proposta educativa. Essa proposta curricular confere ao aluno um protagonismo no processo ensino-aprendizagem porque parte da noção de que ele detém conhecimentos e devemos partir desses saberes, pejorativamente classificados como senso comum e, portanto inferiores à ciência, para construir um conhecimento que integre e não exclua e que torne esse aluno um sujeito do conhecimento e não um mero receptor ou um cérebro vazio ao qual cabe apenas receber de forma passiva às informações de um (a) professor (a) detentor(a) único do conhecimento. Assim, o ensino que antes era excludente e hierarquizado, torna-se uma relação de compartilhamento de saberes.

Palavras-chave: Brasil. Educação Rural. Prática Pedagógica. Legislação. Emancipação

²² . Graduada em Pedagogia no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA. E-mail: franalcantarapedagoga@gmail.com

²³ Professora Adjunta no Centro Universitário de Goiás – Uni-ANHANGUERA.

O PAPEL DO DIREITO NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DOS PORTADORES DE AUTISMO

Letícia Marina da Silva Moura²⁴
Luiz Gustavo Pereira Franco²⁵

O presente estudo em andamento tem o objetivo de discutir a respeito da inclusão educacional dos portadores do Transtorno de Espectro Autista à luz da legislação brasileira, fazendo considerações sobre a dificuldade de diagnóstico da doença e a realidade do ensino. Nesse sentido, ressalta-se a criação de leis e Tratados acerca do tema e a sua real eficácia no contexto brasileiro, sendo feita uma análise em busca de soluções e melhorias eficazes para a garantia de ensino para os portadores da doença. A fim de corroborar os argumentos expostos, a pesquisa tem caráter revisional bibliográfico, utiliza métodos da dialética, cruzando e contrapondo informações para identificar a eficácia ou ineficácia das normas que visam a devida inclusão dos autistas na educação e na sociedade. Para satisfazer tais indagações e críticas, fez-se necessário a abordagem de tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas de Deficiência, bem como algumas legislações nacionais, como o Decreto-Lei nº 7.611 (Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado) e destacando, ainda, a iniciativa de alguns Estados Brasileiros, na promoção da conscientização acerca do tema, em especial Goiás, com a promulgação da Lei Estadual nº 20.116/2018. Portanto, com o respaldo em pesquisas desenvolvidas por juristas, educadores e profissionais da área de saúde, depreende-se que o papel do Direito é garantir que todas as proteções possam ser utilizadas, simultaneamente, a fim de auxiliar no desenvolvimento da criança portadora da patologia. À vista disso, o indivíduo tem garantido o seu direito ao diagnóstico e tratamento precoce, uma vez que, quanto mais rápido têm-se o reconhecimento da doença, mais possibilidades de tratamento podem ser oferecidas. Além disso, no âmbito jurídico, tem o fito de demonstrar a necessidade dos Estados de intervirem e incentivarem os estudos na área, a fim de promover um método de identificação célere e eficiente, bem como, garantir a efetivação do direito à educação aos portadores de TEA.

Palavras-chave: Transtorno de Espectro Autista, Medidas socioeducativas, Inclusão Educacional, Legislação Brasileira.

²⁴Especialista em Assessoria de Comunicação e Marketing pela Universidade Federal de Goiás (UFG), graduada em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), e graduanda em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhanguera). <http://lattes.cnpq.br/0777776439656518> leticia_marina7@hotmail.com

²⁵Graduando em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (Uni-Anhanguera). <http://lattes.cnpq.br/1624959415836333>. luizpereirafranco@gmail.com

DIVERSIDADE CULTURAL: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO PLURAL

Inglenth Themis Morais²⁶

Vivemos em um mundo globalizado e extremamente rico culturalmente. O convívio com essa mistura de raça, cor, credo e gênero, implica na necessidade extrema de respeito ao próximo. Conhecer nossas origens, estimular a busca por novos conhecimentos sobre nossas raízes e tradições valorizam a nossa cultura e auxiliam em sua propagação de geração a geração, consolidando ainda mais a identidade de nosso povo. As práticas cotidianas dos educadores têm sido desafiadas por crescentes manifestações discriminatórias e violentas nas escolas. Diante de tal fato, observamos a necessidade de assumir uma postura de reconhecimento das diferenças e de valorização das mesmas em prol da equidade e do respeito ao ser humano. A escola deve propiciar ligação entre as diversidades, apresentado uma postura de acolhimento e respeito mútuo. Com a finalidade de garantir uma educação que celebre a diversidade cultural, é preciso levar à sala de aula, práticas pedagógicas que entonem o valor de cada cultura existente em nosso país e demonstrar os traços que marcam tanto as semelhanças como as diferenças que nos entrelaçam. Trabalhar com a diversidade cultural significa dirigir os olhares rumo ao conhecimento dessa rica cultura brasileira, estimular a compreensão e o respeito pelas diferenças, estimular a tolerância visando propagar uma educação que vai muito além dos conteúdos básicos exigidos, também abrange a possibilidade de se trabalhar com ênfase significativa em busca do resgate aos valores humanos e que dissemine a paz nas escolas. É importante que a escola promova um ambiente em que o aluno se sinta seguro e aceito em suas características particulares, que ele se sinta à vontade para se expressar livremente e por meio de uma relação em que o diálogo seja valorizado e que haja grandes trocas de conhecimentos em prol do desenvolvimento de nossos alunos. Para composição deste trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Pluralidade Cultural. Educação e Cultura. Formação Humana Plural.

²⁶ Analista de Educação SESI Goiás. Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FacUnicamps e graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Uni-Anhanguera. E-mail: inglenth.themis@gmail.com.

DISCURSO E PRODUÇÃO DO SENTIDO: UMA ANÁLISE MULTIMODAL DE PRÁTICAS INTERACIONAIS NO WHATSAPP

Ademar Batista Lopes Santos²⁷

Katiele Ribeiro Oliveira²⁸

Thalia Marques de Andrade²⁹

Limerce Ferreira Lopes³⁰

Esta comunicação apresenta uma pesquisa PIBIT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) em sua reta final de execução, que contempla como ocorrem as práticas discursivas no ambiente de interação verbal do WhatsApp e propõe, a partir da noção de linguagem como “atividade entre sujeitos” (Bakhtin, 2006), analisar os efeitos de sentidos constituídos na relação entre sujeitos e a linguagem multimodal (emojis). Deste modo, a palavra se transforma em luta de vozes, visto que, “[...] é pelas atividades de linguagem que o homem se constitui sujeito, e é por intermédio delas é que tem condições de refletir sobre si mesmo.” (Brandão, 1995, p.24), daí que, os recursos semióticos “emojis” utilizados pelos interlocutores em uma interação verbal de WhatsApp, não são apenas usados para “representar” o signo linguístico, mas sim, para “significar” o discurso e o sujeito enunciador. Desta forma, a metodologia será realizada por meio de recortes de interações verbais (turnos de falas) de alguns grupos de WhatsApp, na tentativa de discutir e analisar como os sentidos dos emojis vão se constituindo nas práticas discursivas e, como o sujeito (Bakhtin, 2006), nessa perspectiva, se constitui na sua relação com os outros por meio dessa dialogia. O corpus é composto por “prints” selecionados no domínio público virtual, sendo filtrados por popularidade e pertinência à utilização de emojis nos diálogos. Na análise dos dados iremos separá-los em três categorias para analisarmos a influência interdiscursiva (Orlandi, 2005), os efeitos e produções de sentido em acordo com Paiva (2016), Vieira (2015) e Bakhtin (2006), a multimodalidade como constituinte do discurso segundo Alves (2006) e Silvestre (2015) e a reação responsiva (Menegassi, 2008) ao discurso imbuído de emojis. Assim, essa pesquisa é de natureza qualitativa à medida que procura entender o seu objeto de estudo – as composições multimodais instrucionais e os discursos construídos– dentro de seu contexto específico (Godoy, 1995). Esperamos assim, compreender os efeitos de sentido construídos nessas práticas discursivas de interação verbal, principalmente por meio dessa linguagem multimodal, e demonstrar, nesse processo de mobilização de sentido, o quanto a relação destes discursos traduzem os embates constantes ocorridos no meio social e contribui para uma correlação estreita entre enunciado e situação concreta da enunciação.

Palavras-chave: Práticas discursivas. Efeitos de sentido. WhatsApp.

²⁷ Estudante de graduação em Licenciatura em Letras – Português pelo Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, pesquisadora PIBITI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8104739799083963>. Contato: ademarpes@hotmail.com.

²⁸ Estudante de graduação em Licenciatura em Letras – Português pelo Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, pesquisadora PIBITI. Contato: kat.2012oliveira@gmail.com.

²⁹ Estudante de graduação em Licenciatura em Letras – Português pelo Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, pesquisadora PIBITI. Contato: thalia.marquesandrade@gmail.com.

³⁰ Professora no Instituto Federal de Goiás – Campus Goiânia, Metra e orientadora da pesquisa PIBITI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7266113954157102>. Contato: limercelopes@hotmail.com.

A PERFORMANCE DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO E NA AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE

Valéria Alves Correia Tavares³¹

Este estudo procura tematizar a formação docente do professor recém-formado com reflexões acerca dos saberes e práticas em Língua Portuguesa (LP). Apresentar-se-á, uma possível repercussão tanto na ação-reflexão-ação do professor regente quanto na formação de futuros professores dessa disciplina. Visando atender a proposta do Eixo Temático 4: *Sociedade, Cultura e Práticas Docentes*, do III CEDDH/Uni-Anhanguera, pretende-se analisar questões diretamente ligadas ao fazer diário do professor de LP, com foco na proposta apresentada por esse eixo temático e, paralelamente, investigar a necessidade existente na busca por uma atuação mais reflexiva e planejada, em diálogo com possíveis respostas ao desafio enfrentado em tentar ensinar aos alunos uma maneira compreensível de entender a ação humana no tempo. Para sustentar essa pretensão, nosso enfoque se fundamenta nas seguintes hipóteses: Como pensar a adequação da formação profissional docente às reais demandas que emergem da sociedade e da sala de aula? Como sinalizar uma possível sincronização da relação teoria-prática, ensino-pesquisa, ensino-aprendizagem? Até que ponto professores de LP sentem-se preparados para atuar diante da multiculturalidade durante sua prática docente em sala de aula? Como objetivo geral, pretende-se analisar a formação profissional na área de LP relacionando os saberes disponíveis para a prática docente nesse contexto dentro da sala de aula. Por meio de uma pesquisa bibliográfica que sustenta a possibilidade de exploração de conceitos que ancoram possíveis respostas para as hipóteses levantadas, utilizar-se-á autores que abordem essas temáticas e apresentem teorias para subsidiar esse estudo e, na medida do possível, ancorar respostas relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa e suas variedades. Para problematizar essas hipóteses dialogar-se-á com autores como Libâneo (2001), Bakhtin (1997), Gerhardt (2013), Saussure (2006), entre outros.

Palavras-chave: Fazer diário. Regência. Estudo da língua. Multiculturalismo. Sala de aula.

³¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais – Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Letras: Teoria e Crítica Literária pela PUC-Goiás. Professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775986908893960> – E-mail: valeriacorreiahti@hotmail.com.

REFLEXÕES SOBRE AS METODOLOGIAS PARA ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA DE PROJETOS

Heliandro Rosa de Jesus³²

Freire (1996) defende que a escola deve ser um espaço que desenvolva a reflexão, o senso crítico; um lugar onde o diálogo entre alunos e professores ocorra de forma consciente na construção de saberes e que contribuam com o desenvolvimento da sociedade e de novas realidades sociais. Levando em consideração a formação de professores de Língua Portuguesa e sua atuação destes nas escolas-campo, encontramos algumas indagações sobre qual seria o papel destes futuros professores no processo de ensino-aprendizagem e na formação cidadã dos alunos do lugar. Além disso, percebemos outro ponto de extrema relevância: as práticas educacionais para o Ensino de Literatura parecem estar cada vez mais distantes das práticas de Leitura e Letramento, tratando-se de Brasil. Percebe-se, pois, uma mecanização da disciplina no currículo escolar brasileiro, apresentando-a a partir de uma perspectiva meramente histórica. Pretende-se, com essa discussão, um debruçar crítico mais atento às práticas dos professores de Língua Portuguesa na educação básica e o que a legislação prevê para o ensino da disciplina, com foco no ensino de Literatura. Para tanto, apresentaremos algumas reflexões acerca de uma pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivos: 1) Refletir a respeito de como o emprego da Pedagogia de Projetos contribui para a formação prática dos futuros professores de Língua e Literatura em Língua Portuguesa; e 2) Analisar como o desenvolvimento de projetos de trabalho pelos professores em formação auxilia na construção do conhecimento prático-pedagógico. Acreditando que o aluno de licenciatura deve se aproximar, o máximo possível, das práticas em sala de aula e que, em seu trabalho de regência, deve manter o objetivo principal da Educação – formar cidadãos críticos e atuantes – o trabalho com a Pedagogia de Projetos nas aulas práticas do Estágio Supervisionado se mostra como uma ferramenta interessante por aproximar os professores em formação da realidade escolar mediante o uso de práticas que incentivem o desenvolvimento da autonomia dos alunos da escola campo.

Palavras-chave: Ensino de Literatura. Letramento Literário. Pedagogia de Projetos.

³² Professor Assistente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Líder pesquisador do grupo FORPROLL – Formação de Professores de Línguas e Literatura. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1280265617321158>

PRÁTICAS DE LINGUAGEM DA MULHER NO CONTEXTO GOIANO: EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Geruza Tomás da Cunha³³

Este trabalho busca discutir de que forma o discurso da mulher no estado de Goiás tem seguido o que determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Sabe-se que num contexto patriarcal-coronelista, nem sempre os direitos humanos, e em especial, os direitos da mulher estão devidamente alinhados. As mulheres ainda são maioria em termos quantitativos, porém, ainda representam uma minoria excluída e subalternizada, em termos qualitativos. Os direitos básicos à educação são negados a todos, mas para as mulheres, são negados ainda mais, vez que para conseguir visibilidade e representatividade na sociedade, ela precisa de uma educação superior diferenciada. O que se busca é perceber quais os direitos estão sendo concedidos à mulher goiana na contemporaneidade, e quais os que lhes estão sendo negados neste estudo. Para tanto, a sustentação será de base documental e também a coleta de dados através das narrativas de mulheres escolhidas para tal mister. A base teórica é a decolonial, com Mignolo (2012), Fanon (2005), Hooks (2018) e Spivak (1995).

³³ Mestranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Direito Constitucional e Direito Administrativo pela Diretoria Geral da Polícia Civil (DGPC). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Participante do grupo OBIAH. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6076612683349496>

O ENSINO DE LITERATURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO FATOR DE HUMANIZAÇÃO: A PRIORIZAÇÃO DA LEITURA LITERÁRIA NA SALA DE AULA

Glauce Kelly Pires³⁴
Vivianne Faria³⁵

Não há dúvidas de que o lugar da Literatura na educação básica é legitimado pelos documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua Portuguesa no país e, assim, tenhamos disponíveis os mais diversos conteúdos relacionados ao ensino literário como a composição de materiais didáticos e paradidáticos acerca da Literatura. No entanto, ainda não é possível afirmar que façamos parte de um país que forma leitores, e mais especificamente, que forma leitores de Literatura. Logo, a partir do pressuposto de que o acesso à Literatura configura-se como um direito inalienável de qualquer cidadão (CANDIDO, 1995) bem como a obra literária seja um produto artístico que possa levar à humanização em sentido amplo (CANDIDO, 2012), discute-se aqui algumas possibilidades de reconfiguração do ensino de Literatura nas salas de aula da Educação Básica a fim de que um maior número de educandos supere a condição de um “leitor vítima”, preso apenas às superfícies textuais, e alcance os níveis ideais de um “leitor modelo”, àquele capaz de recuperar as mais diversas lacunas e pistas textuais. (UMBERTO ECO, 2004) A leitura do texto literário na sala de aula na Educação Básica está amparada nas reflexões de Andruetto (2017), Todorov (2009) e Zilberman (1985; 2018).

Palavras-chave: Literatura e Ensino. Educação Básica. Humanização.

³⁴ Mestranda do PPGEEB- CEPAE-UFG Graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: gkpires89@gmail.com.

³⁵ Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB) e Professora do CEPAE-UFG. E-mail: viviannefleury8@gmail.com